

1 Nos dias 24 e 25 de junho de dois mil e oito na sala de reuniões do Departamento de Patrimônio
2 Genético – DPG, situ a SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília – DF, realizou-se a 30a
3 Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO. Estavam presentes na
4 reunião os seguintes membros da Comissão: Sr. **Braulio Ferreira de Souza Dias** (titular) e o Sr.
5 **Lídio Coradin** (suplente) representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Sra. **Iolita**
6 **Bampi** (suplente), representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
7 Renováveis - IBAMA; Sra. **Andrea Ferreira Portela Nunes** (suplente), representante do
8 Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Sra **Cláudia Tavares** (Suplente) representante do
9 Ministério das Relações Exteriores – MRE; Sra. **Márcia Chame dos Santos** (titular), representante
10 do Ministério da Saúde - MS; Sr. **Marcelo Sampaio** (titular), representante da Secretaria Secretaria
11 Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP; Sra. **Nanuza Luiza de**
12 **Menezes** (titular), representante da Academia Brasileira de Ciências - ABC; Sr. **Wilson Loureiro**
13 (titular), representante da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente -
14 ABEMA, Sra. **Elisa Romano** (suplente), representante da Confederação Nacional da Indústria –
15 CNI; Sr. **Nelson Ananias Filho** (Titular), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária
16 do Brasil – CNA; Sra. **Maria Adélia Oliveira (titular)**, representante dos Movimentos Sociais
17 indicados pelo Fórum de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o
18 Desenvolvimento; Sr. **César Victor do Espírito Santo** (suplente), representante das Organizações
19 Não-Governamentais Ambientistas indicada pelo Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o
20 Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Sr. **Aladim de Alfaia Gomes** (suplente), representante do
21 Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE e o Sr. **Miguel Pedro Guerra** (titular),
22 representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC. Os seguintes convidados
23 estavam presentes à reunião: Sr **Ricardo Dornelles** – MME, Sr. **Cid Caldas** – MAPA; Sr. **André**
24 **Greenhalgh** – MDA, Sra. **Paula Tavares** – MDA, Sra. **Luciane marinoni** – UFPR, Sra. **Ariane**
25 **Peixoto** – JBRJ, Sr. **Antônio Galvão** – CGEE, Sra. **Thereza Carvalho** – UFF, Sra. **Raquel**
26 **Mendes** – MP, Sra. **Patricia Medeiros** – MD, Sr. **Cláudio Egler** – UFRJ, Sra. **Marina Landeiro** –
27 MMA e Sr. **Otávio Maia** - ICMBio. Também estavam presente as Sras. **Érica Frazão Pereira** e
28 **Gláucia Jordão Zerbini** da Secretaria Executiva da CONABIO. A pauta da reunião compreendeu
29 os seguintes itens: **1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA; 3. APROVAÇÃO DAS ATAS**
30 **(14a Reunião Extraordinária e 29a Reunião Ordinárias); 4. APRESENTAÇÃO E**
31 **DELIBERAÇÃO: 4.1 Relatório Final da Câmara Técnica Temporária de Biocombustíveis e**
32 **Biodiversidade; 5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO: 5.1 Apresentação dos Resultados**
33 **“Avaliação dos Critérios de Sustentabilidade dos Financiamentos Apoiados pelos Fundos**
34 **Constitucionais Brasileiros” (DEMA/MMA); 6. INFORMES: 6.1 Câmara Técnica**

36 **Permanente do PanBio (Hélio Cunha – MMA); 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO (Cont.):**
37 **4.2. Diretrizes e Estratégia para a Modernização Brasileiras e a Consolidação de Sistemas**
38 **Integrados Biodiversidade (Luciane Marinoni – CTT Coleções); 5. APRESENTAÇÃO E**
39 **DISCUSSÃO (Cont.): 5.2 Estudo da Dimensão Territorial do PPA – módulo 07 – Da Avaliação**
40 **de Sustentabilidade da Carteira de Investimentos (Cláudio Egler – MP); 7. ASSUNTOS**
41 **GERAIS; 8. ENCERRAMENTO.** O Sr. **Braulio Dias** forneceu algumas informações a respeito
42 dos assuntos que seriam tratados na reunião. O Sr. **Wilson Loureiro** solicitou que fosse incluído um
43 comentário sobre a reunião na subsecretaria de assuntos federativos em relação a reformas
44 tributárias, visto que estava previsto um evento no começo de julho. O Sr. **Braulio Dias** disse que
45 poderia ser incluído no item 7, que tratava de assuntos gerais. O Sr. **Marcelo Sampaio** pediu para
46 incluir também no item 7, algumas considerações em relação à pauta internacional sobre o SBSTTA
47 e os Grupos de Trabalho e, a apropriação da CONABIO dessa pauta internacional, o que foi
48 acatado. Passou-se para a votação da pauta, que foi aprovada com alterações. Em seguida votou-se
49 as atas, que foram aprovadas sem alterações. O Sr. **Braulio Dias** passou a palavra para que o Sr.
50 **Lídio Coradin** fizesse a apresentação do relatório final da Câmara Técnica Temporária de
51 Biocombustíveis e Biodiversidade. O Sr. **Lídio Coradin** falou brevemente sobre as quatro tarefas
52 designadas pela Comissão para a Câmara Técnica. Comentou que a primeira tarefa, relativa ao
53 Termo de Referência para a elaboração de um estudo de análise de risco sobre a biodiversidade
54 resultante da expansão de cultivos para a produção de biocombustíveis fora apresentada na última
55 reunião, na qual foi deliberado a respeito de seus objetivos geral e específicos e, que o relatório
56 apresentado, dava uma idéia de todo trabalho realizado pela CT. A segunda tarefa compreendeu a
57 elaboração de uma lista de especialistas, dentre pesquisadores e instituições que de alguma forma
58 atuam na temática de biocombustíveis, biodiesel, etanol e biodiversidade. Disse que essa
59 compilação não estava esgotada, mas que a lista poderia auxiliar a Comissão na contratação de
60 pesquisadores e/ou instituições para a execução do Termo de Referência. Mostrou uma tabela
61 proposta pela Sra. Ana Paula Pinho, distribuindo esses nomes dentre as diferentes atividades sobre a
62 temática, divididas em impactos positivos e negativos. Explicou que fora uma tentativa de organizar
63 e distribuir melhor as informações levantadas, necessitando ainda melhorias e um melhor
64 levantamento das linhas de pesquisa das pessoas e instituições indicadas, para um agrupamento
65 mais eficaz. O Sr. **Marcelo Sampaio** disse que a lista contemplou muitos especialistas que
66 trabalham diretamente com processo produtivo, mas que especialistas em avaliação de impactos de
67 outras atividades poderiam ser incorporados. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu que se tratava de uma
68 lista informativa, para uso dos membros da Comissão. Que não se esperava nenhuma deliberação
69 em cima dessa tarefa e que a lista poderia ser atualizada, na medida do necessário, com especialistas

71 e instituições. A terceira tarefa foi organizar uma lista de legislações relacionadas à matéria e, se
72 possível, que desse um indicativo das legislações que estivessem em vigor e sendo aplicadas em
73 políticas públicas. Também foi uma tarefa não deliberativa, mas um trabalho auxiliar a CONABIO.
74 Não houve tempo hábil para finalizá-la no tocante à avaliação de quais legislações realmente estão
75 sendo aplicadas no âmbito federal, estadual ou municipal, porém o volume de informações
76 levantadas auxiliarão a Comissão. Por fim, o Sr. **Lídio Coradin** falou sobre a quarta tarefa, que
77 exigiu também bastante do grupo, haja vista que tentou-se dar alguns indicativos para nortear e
78 orientar zoneamentos agroecológicos não apenas para a cultura da cana, mas também orientar o
79 zoneamento de outras culturas no futuro. A CT pontuou a necessidade de considerar a exclusão da
80 Amazônia e do Pantanal para o plantio da cana ou seu uso extensivo, ou do próprio zoneamento de
81 usinas nessas áreas, com a idéia de tentar excluir o máximo possível desses dois biomas no que diz
82 respeito à produção e uso. No caso da Mata Atlântica, tentou-se adequar o máximo possível o
83 zoneamento da cana para a especificação da Lei da Mata Atlântica e sua regulamentação. Com
84 relação aos biomas Cerrado, Caatinga e Pampa, considerou-se interessante definir estratégias para
85 garantir sua proteção significativa e rotatividade dos remanescentes, incluindo a ampliação de Leis
86 específicas, se possível, semelhantes a da Mata Atlântica, bem como práticas voltadas ao
87 desenvolvimento sustentável, a exemplo da agricultura tradicional característica da região. De
88 acordo com o zoneamento agroecológico considerou-se como dever: respeitar as unidades da
89 conservação e o código florestal, como um mínimo a se esperar de uma expansão da cana; respeitar
90 as terras indígenas, levando em consideração as áreas prioritárias aprovadas no âmbito deste fórum;
91 manter os padrões dos corpos hídricos conforme legislação do CONAMA pertinente à temática.
92 Adicionalmente, deveriam ser considerados: os incentivos ao uso territorial das terras pelos
93 Estados; o desenvolvimento de instrumentos econômicos de incentivos às cadeias produtivas da
94 biodiversidade; a valorização dos produtos e serviços, a realização do zoneamento para outras
95 culturas agroenergéticas além a cana; o mapeamento das principais espécies da flora nativa de uso
96 comercial e atual incluindo raízes silvestres; as principais espécies cultivadas; o mapeamento das
97 áreas decorrentes de espécies ameaçadas de extinção; a compensação dos serviços ambientais
98 gerados pelos ecossistemas; a definição de estratégias para evitar a dispersão de espécies exóticas
99 invasoras, mitigação dos impactos decorrentes da sua introdução sobre a biodiversidade de culturas
100 e a pecuária. O Sr. **Braulio Dias** recordou que antes da criação da CT, foi discutida uma minuta de
101 deliberação na CONABIO que dava algumas diretrizes e orientações técnicas do ponto de vista da
102 biodiversidade para serem utilizadas no desenvolvimento de políticas públicas, na tentativa de
103 compatibilizar a questão de biocombustível com biodiversidade. Concluídos os trabalhos da CT, foi
104 retomada essa discussão por uma minuta de deliberação em que se tentou incorporar resultados da

106 discussão na Câmara Técnica. O Sr. **Aladim Gomes**, representante da categoria dos pescadores,
107 explicou que a biodiversidade também envolve a água e o peixe, e sentiu falta da inclusão dessa
108 questão no resultado da tarefa 4. O Sr. **Braulio Dias** explicou que o texto apresentado fez referência
109 em manter os padrões de enquadramentos dos corpos hídricos conforme Resoluções do CONAMA
110 e, que dentre elas, existe uma sobre níveis máximos permitidos de poluição nos corpos hídricos,
111 devendo servir de orientação para que a produção de biocombustíveis não exceda esses limites de
112 poluição. O Sr. **Lídio Coradin** complementou dizendo que além das condições ali mencionadas o
113 zoneamento agroecológico deverá respeitar as áreas da preservação permanente e o Código
114 Florestal, que envolve toda a parte nascentes e os corpos d'água, atendendo a preocupação
115 levantada. O Sr. **Marcelo Sampaio** disse que mantendo os padrões de qualidade da água ter-se-á
116 uma repercussão importante sobre a questão de recursos pesqueiros. Fez um levantamento sobre a
117 abordagem do texto em relação às terras indígenas, sobre observá-las em conformidade com a
118 legislação independente do estágio de demarcação, dizendo que não há como observar o que ainda
119 não está demarcado. O Sr. **Braulio Dias** assim como o Sr. **Lídio Coradin** concordaram que não é
120 porque o processo de demarcação não atingiu o último estágio que se deve ignorar certa terra,
121 porque ela já está nesse processo. Porém, o Sr. **Braulio Dias** concordou com o Sr. **Marcelo**
122 **Sampaio** que a situação torna-se mais complicada para terras que nem entraram nesse processo. O
123 Sr. **Wilson Loureiro** sugeriu não utilizar a palavra demarcação mas consolidação jurídica formal e
124 se basear numa portaria da FUNAI que trata do assunto, começando com identificação da área e
125 terminando com a homologação. O Sr. **Braulio Dias** disse que talvez fosse melhor simplesmente
126 fazer referência à conformidade com a legislação, por que se a legislação prevê essas etapas, o
127 reconhecimento já está sendo considerado. Sugeriu portanto uma simplificação no texto, que foi
128 acatada por todos. A Sra. **Maria Adélia** questionou quem conduziria os trabalhos levantados pela
129 CT e o Sr. **Braulio Dias** esclareceu que caberia à CONABIO decidir, utilizando da melhor forma
130 possível todas as informações fornecidas no relatório. Após serem sanadas todas as dúvidas, o Sr.
131 **Braulio Dias** passou a palavra ao Sr. **Pedro Andrade** (MRE), para que falasse brevemente o que
132 havia sido discutido durante a COP9 sobre Biocombustíveis. O Sr. **Pedro Andrade** disse que todos
133 os envolvidos na discussão desse tema, no contexto da CDB, tinham um acordo fundamental que
134 era a necessidade de que a produção de biocombustíveis fosse sustentável em relação à
135 biodiversidade. Que a CDB logrou nessa última COP adotar essa decisão que foi um dos primeiros
136 documentos consensuais adotados num fórum tão representativo, reconhecendo a importância da
137 produção e do uso sustentável de biocombustíveis, tanto para conservação do meio ambiente, desde
138 que feito com uma forma apropriada, quanto para os pilares sociais e econômicos do
139 desenvolvimento sustentável. Essa decisão enfatizou a importância do combate à pobreza, das

141 metas de desenvolvimento do milênio, e detalhou alguns elementos que poderiam balizar a atuação
142 dos Estados na busca da produção e uso sustentável de biocombustíveis. Esses elementos seriam os
143 desenvolvimentos de uma política para produção de biocombustíveis, de cooperação internacional,
144 de transferências de tecnologia com vistas a garantir a produção e o consumo sustentáveis.
145 Informou que o SBSTTA será atualizado através de seminários regionais que serão organizados pelo
146 secretariado, a fim de analisar formas de estimular a produção e uso sustentável dos
147 biocombustíveis, e que o resultado das deliberações do SBSTTA será considerado pela COP10. O
148 Sr. **Braulio Dias** afirmou que esse foi um dos temas que despertou mais atenção na COP, e disse
149 concordar com o Sr. Pedro, que foi alcançada uma boa decisão a fim de construir um consenso
150 sobre como avançar essa agenda, considerando que o avanço de combustível deva ser sustentável. O
151 Sr. **Lídio Coradin** complementou dizendo que os resultados foram bastante interessantes e
152 positivos, principalmente para o Brasil, e que houve um consenso que prevaleceu ao longo de toda a
153 reunião. O Sr. **Pedro Andrade** agradeceu em nome do Itamaraty o apoio recebido pelos Ministérios
154 na negociação do tema. O Sr. **Braulio Dias**, em relação à tarefa 4 da CT, disse terem sido
155 identificadas uma série de sugestões e orientações, e que seria oportuno consolidá-las na forma de
156 uma deliberação, chamando atenção para alguns elementos que deviam ser considerados do ponto
157 de vista da biodiversidade ao se tratar questões relativas à biocombustíveis. O Sr. **Marcelo**
158 **Sampaio**, observando o documento da deliberação da CDB, recordou de dois pontos importantes, a
159 questão do enfoque do princípio da precaução e a questão da aplicação de enfoque por
160 ecossistemas. Questionou a necessidade da Comissão fazer ajustes na deliberação, principalmente
161 na questão da aplicação de enfoque para ecossistemas. O Sr. **Braulio Dias** explicou que a decisão
162 ocorreu quando a Câmara Técnica já estava terminando os seus trabalhos, não sendo possível
163 considerar isso nas suas recomendações. Disse que caberia ao Plenário fazer essa avaliação. O Sr.
164 **Lídio Coradin** explicou que durante todo trabalho que norteou as discussões na Câmara, foi levada
165 em consideração a abordagem do precatório e, que a tarefa 4, se referia à adoção de marcos
166 referenciais. O Sr. **Braulio Dias** solicitou à Secretaria Executiva da CONABIO que enviasse uma
167 cópia aos membros do que havia sido aprovado em relação ao Termo de Referência, lembrando que
168 esses estudos irão demorar meses ou até anos para a obtenção de resultados. A Sra. **Márcia Chame**
169 chamou atenção para a necessidade de se trabalhar não só com a saúde humana, mas também na
170 perspectiva da saúde animal e vegetal. O Sr. **Braulio Dias** disse que caso fosse identificada alguma
171 falha no documento, que os membros poderiam informar e, na medida em que se avançasse na
172 contratação desses estudos, poderiam ser feitas inserções de algumas sugestões. Em seguida abriu
173 para discussão da minuta de deliberação, item por item, lembrando que a CONABIO, diferente do
174 CONAMA, não tem uma competência para definir normas vinculantes, sendo sua função orientar a

176 construção de políticas públicas. Nos considerandos, foi arrumada a numeração em romano e
177 deixou-se a numeração provisória da decisão, até a publicação da definitiva. Foi aprovado um novo
178 considerando: “Considerando o relatório apresentado pela Câmara Técnica Temporária de
179 Biocombustíveis e Biodiversidade – CTTBB, objeto das Deliberações da CONABIO nº 50, de 29
180 de agosto de 2007, e nº 51, de 05 de dezembro de 2007”. O Sr. **Marcelo Sampaio** lembrou que no
181 Art. 1º, § 2º, além do BNDES, outras instituições financeiras possuem linhas próprias de
182 financiamento. A Comissão cogitou colocar outras instituições até que entrou num consenso que o
183 Conselho Monetário Nacional seria o ator mais adequado para a criação de um Grupo de Trabalho,
184 apoiado tecnicamente pela CONABIO, para aplicação pelos agentes financeiros no financiamento
185 de projetos de agroenergia. O Sr. **Braulio Dias** lembrou que durante uma discussão do SBSTTA, foi
186 elaborada uma lista de potenciais impactos positivos e negativos da produção e expansão de
187 biocombustíveis, sugerindo colocar ao final parágrafo, uma chamada para um anexo, que seria uma
188 lista de elementos para serem considerados numa eventual orientação sobre sustentabilidade, o que
189 foi aprovado por todos os membros. O Sr. **Ricardo Dornelles** levantou sua preocupação com o § 5º,
190 pois no seu entender, o parágrafo abordava pontos que estão sendo tratados internamente pelo
191 governo brasileiro, como a questão da relação trabalhista e o setor canavieiro e, que ao se ressaltar
192 isso no documento, poderia ser prejudicial ao país em suas relações internacionais. Aconselhou a
193 CONABIO focar nos aspectos mais gerais. Após essa colocação, a Comissão cogitou retirar o
194 detalhamento, fazendo referência mais ampla ao setor sucroalcooleiro. O Sr. **Braulio Dias** colocou
195 em discussão o § 3º e o Sr. **Nelson Ananias** questionou se o monitoramento para garantir incentivos
196 econômicos seria algo pertinente à CONABIO. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu deixar mais genérico,
197 tirando o termo monitoramento e deixando elaborar instrumentos e mecanismo para garantir a
198 sustentabilidade. A Sra. **Márcia Chame** questionou a necessidade desse parágrafo, visto que se
199 assemelhava ao § 9º do Art. 2º, “...desenvolver instrumentos adequados que garantam o
200 monitoramento efetivo para a sustentabilidade do programa nacional de produção”, sendo acordado
201 pela Comissão sua retirada. Em relação ao § 5º, foram feitas três propostas, uma seria a de remover
202 o parágrafo inteiro. Outra, de mantê-lo inteiro, e uma terceira, de enxugá-lo, sem entrar nos
203 detalhes, ficando apenas a primeira linha. A Sra. **Márcia Chame** argumentou que seriam incentivos
204 simples, senão as pessoas utilizarão áreas que são melhor conservadas, entrando todo
205 desenvolvimento tecnológico para reutilizá-las e fazer correção. Também que talvez fosse mais
206 adequado o aprimoramento dos instrumentos de licenciamento e normas para gerir o passivo do
207 setor. A Sra. **Maria Adélia** sugeriu que poderia ser dispensada as observações, ficando somente a
208 recapacitação de mão-de-obra. O Sr. **Cid Caldas** concordou com a colocação do Sr. Marcelo
209 Sampaio, mencionando que a Comissão não deveria fugir da sua competência, visto que

211 biodiversidade abrange uma área muito grande. Alegou também que a partir do momento que se
212 estimula a reconversão de áreas em declividade, não seria a CONABIO a dar o financiamento.
213 Quanto à questão da mão-de-obra, disse que já vem sendo tratada na Casa Civil, fugindo do foco da
214 Comissão. O Sr. **Braulio Dias** concordou com as colocações e disse que um melhor
215 encaminhamento seria enxugar mais o texto. A Sra. **Márcia Chame** argumentou que o texto não
216 diria nada para a biodiversidade se fosse enxugado. A Comissão sugeriu simplificar o texto,
217 enfatizando o estímulo na adoção de mecanismos de boa gestão territorial no setor sucroalcooleiro,
218 considerando as áreas prioritárias. O Sr. **Wilson Loureiro** aconselhou deixar a proposição da Sra.
219 Maria Adélia que foi de enxugar um pouquinho, concordando que os aspectos sociais e ambientais
220 têm tudo a ver com a biodiversidade, e inclusive mostraria que a CONABIO está em consonância
221 com os vieses de dimensões da política pública brasileira. O texto foi votado em partes, sendo
222 aprovada como redação final, “estimular a adoção de mecanismos de boa gestão territorial no setor
223 sucroalcooleiro, considerando os instrumentos de orientação territorial da biodiversidade,
224 incentivando a cogeração de energia, reconversão produtiva das áreas agrícolas de alta declividade
225 para produção de cana e estimular a aplicação de instrumentos de licenciamento e normas para gerir
226 o passivo do setor”. Passou-se à discussão do parágrafo 6º. O Sr. **Cid Caldas** argumentou que a
227 questão de marco tributário estaria fora da competência da Comissão. O Sr. **Braulio Dias**
228 concordou e chamou a atenção dos membros, argumentando que isso enfraqueceria a credibilidade
229 das decisões da CONABIO. O Sr. **Wilson Loureiro** explicou que o texto não fora construído no
230 sentido de fazer a Reforma Tributária, nem incentivo fiscal e sim de realizar uma recomendação e
231 sugestão de práticas, mas que estava mal colocado. Disse que microdestilarias seriam melhores do
232 ponto de vista do impacto a biodiversidade e ao meio ambiente. O Sr. **Lídio Coradin** argumentou
233 que essa afirmação era controversa, já que dez microdestilarias podem impactar mais do que uma
234 macro. Após certa discussão concordou-se que se tratava de uma questão controversa e o Sr.
235 **Braulio Dias**, sugeriu uma melhor formulação do parágrafo para transmitir bem a idéia ou
236 acrescentá-la ao § 4º que falava em estimular a diversidade de fontes. Todos concordaram com a
237 alteração no § 4º com a eliminação do § 6º. Passou-se à discussão do Art. 2º inteiro. O Sr. **Aladim**
238 **Gomes** questionou se no primeiro parágrafo, quando se lia na terceira linha biocombustível e
239 considerando a cobertura vegetal, estava se referindo aos mapas de cobertura vegetal. O Sr. **Braulio**
240 **Dias** concordou que a redação precisava ser melhorada e que poderia ser colocado o Zoneamento
241 nas áreas indicadas, os Zoneamentos Ecológicos Econômicos e Zoneamentos Agroecológicos. A
242 Sra. **Márcia Chame** disse não saber em que medida o Zoneamento Ecológico Econômico estaria
243 considerando efetivamente a biodiversidade e que talvez fosse melhor mencionar algo como áreas
244 que não sejam conflitantes com as áreas importantes para a biodiversidade. O Sr. **Braulio Dias**

246 disse que o § 3º fazia referência a esse mapa das áreas prioritárias para a biodiversidade e que o
247 Zoneamento Ecológico Econômico era o mais amplo, por considerar aspectos da biodiversidade. A
248 Sra. **Nanuza Menezes** considerou perigosa a segunda linha do parágrafo, que fazia referência às
249 áreas ocupadas por pastagens plantadas e com culturas anuais, devido à preocupação com a
250 segurança alimentar. O Sr. **Cid Caldas** sugeriu colocar somente culturas agrícolas, resolvendo o
251 problema e lembrou que o ZEE já incorpora a questão do mapa de cobertura vegetal. Passou-se à
252 discussão do segundo parágrafo. Questionou-se a citação apenas da Lei da Mata Atlântica e o Sr.
253 **Marcelo Sampaio** esclareceu que a lei, em princípio, não é instrumento normativo aplicado na
254 ponta e que precisaria realmente passar por regulamentação. O Sr. **Aladim Gomes** sugeriu uma
255 simplificação no parágrafo. Como a deliberação em questão partiu dos resultados das atividades da
256 CT, o Sr. **Braulio Dias** questionou os membros se não seria o caso de acrescentar as
257 recomendações de impactos positivos e negativos como anexo e sugeriu acrescentar no texto uma
258 recomendação à aplicação da Lei da Mata Atlântica e sua regulamentação, mencionando o número
259 de lei, visto que foi aprovada o ano passado, e tem um processo de regulamentação muito recente.
260 Sugeriu retirar a menção de outros biomas. A Sra. **Iolita Bampi** considerou que a recomendação de
261 restrição e exclusão dos biomas Amazônia e Pantanal mereciam um parágrafo específico. O Sr.
262 **Marcelo Sampaio** solicitou que no § 2º fossem observados os aspectos relativos aos estágios
263 sucessionais de regeneração dos ecossistemas da Mata Atlântica, conforme definido na lei da Mata
264 Atlântica e sua regulamentação e, no § 1º, ao invés de restringir, se redigisse considerar a restrição
265 de financiamento. Houve uma discussão do por que não citar os outros biomas e o Sr. **Marcelo**
266 **Sampaio** esclareceu que em relação aos outros biomas, todos estariam contemplados se o parágrafo
267 fosse redigido de forma mais ampla e, que o destaque especial para a Mata Atlântica, se deveu por
268 ser o único instrumento específico disponível. O Sr. **Braulio Dias** explicou para a Sra. **Márcia**
269 **Chame**, que o que era esperado desse tipo de discussão viesse a ocorrer para outros biomas, mas
270 que efetivamente não se dispunha disso e questionou se ela teria alguma proposição. Ela sugeriu
271 recomendar que os outros biomas e seus estágios fossem regulamentados ou discutidos ou que se
272 começasse a discutir Leis para os outros estágios. O Sr. **Braulio Dias** esclareceu novamente que
273 essa discussão não ocorrera no vácuo, que dera início no CONAMA e resultara na Lei e na
274 regulamentação devido o marco legal específico, o Decreto da Mata Atlântica. Para implementar
275 esse Decreto, havia a necessidade prévia de se referenciar ao CONAMA como instância para fazer
276 essa definição. Falou que definir estágios sucessionais num outro bioma fora de um contexto de
277 marco legal, não servirá para nada, virando apenas um instrumento acadêmico. A Sra. **Nanuza**
278 **Menezes** questionou se a aplicação da lei da Mata Atlântica poderia ser devidamente extrapolada
279 para os outros ecossistemas ou outros biomas. O Sr. **Braulio Dias** explicou que não pode porque

281 uma lei cria direitos e estabelece restrições e que só o Congresso poderia fazer isso. Disse ser um
282 bioma único, sobre o qual existe toda uma legislação específica sobre Manejo Florestal e
283 aproveitamento de conservação num nível de sofisticação com os estados sucessionais. Esclareceu a
284 necessidade de se criar um marco legal para os demais biomas, e em cima disso, recomendar a
285 definição técnica desses limites de estágios sucessionais para aplicação da legislação. O Sr. **Aladim**
286 **Gomes** concordando com as colocações da Sra. Márcia Chame, sugeriu iniciar uma discussão na
287 próxima reunião de levantamento de propostas para criação e regulamentação de Leis consideradas
288 necessárias para a biodiversidade. A Sra. **Iolita Bampi** questionou como se poderia aproveitar a
289 redação existente, sobre os biomas cerrado, caatinga e pampa para definir estratégias para garantir a
290 proteção e significativa representatividade de remanescentes, incluindo a criação de Lei específica
291 semelhante a da Mata Atlântica e práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, a exemplo da
292 agricultura tradicional. O Sr. **Braulio Dias** disse que não caberia no artigo em questão, mas sim
293 num artigo específico. Em seguida colocou em votação os § 1º e § 2º que foram aprovados com
294 doze e treze votos, respectivamente. O § 3º foi aprovado com uma pequena correção de forma,
295 colocando no início a expressão “considerar as recomendações”. O quarto parágrafo foi corrigido
296 com a expressão “considerar as restrições nas áreas de preservação permanente e reservas legais”,
297 sendo aprovado. No § 5º o Sr. **Gustavo Anjos** sugeriu retirar a palavra “estimular” e substituir por
298 “desenvolver mecanismos de pagamentos por serviços ambientais”. O Sr. **Braulio Dias** concordou
299 com a colocação do Sr. **Marcelo Sampaio** da Comissão ser mais didática e de que eventualmente
300 seria importante em alguma deliberação estender um pouco mais sobre a questão do serviço
301 ambiental e até dar sugestões de definição e exemplos. O parágrafo foi aprovado com o texto mais
302 curto. Quanto ao sexto parágrafo, a Sra. **Iolita Bampi** sugeriu a seguinte forma: “respeitar as
303 unidades de conservação e seus entornos conforme a Resolução CONAMA 13, de 6 de novembro
304 de 1990 e as terras indígenas”. O Sr. **Ricardo Dorneles** sugeriu retirar a palavra considerar do caput
305 e colocar o verbo correto no início de cada parágrafo. Após algumas pequenas correções de forma
306 foi aprovado o § 6º, passando-se ao § 7º. Foram feitas algumas alterações na pontuação e o Sr. **Cid**
307 **Caldas** esclareceu uma leve discussão sobre a questão das espécies ameaçadas, dizendo que no
308 momento em que se autoriza a realização de um empreendimento, além da licença prévia, o
309 empreendedor terá que conseguir todas as licenças, não adiantando a Comissão ficar legislando
310 onde já existe lei correspondente. O Sr. **Braulio Dias** concordou e acrescentou que a intenção no
311 parágrafo era deixar de dar ênfase à questão das espécies ameaçadas. Discutiu-se a melhor forma de
312 tratar a temática e a Sra. **Iolita Bampi** sugeriu remeter aos planos de ação, quando existentes, de
313 modo a reforçá-los, assim como a questão da conservação dessas espécies. Debatendo um pouco do
314 que o Sr. Marcelo Sampaio disse que existem listas de espécies ameaçadas na forma de IN ou de

316 portaria, e, independente de estarem no mapa ou não, estavam nessas listas, que serviriam de
317 instrumento para se trabalhar. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu fazer referência às recomendações
318 contidas nos planos de ação para espécies ameaçadas. A Sra. **Maria Adélia** preferiu a redação como
319 estava, alegando que o número de planos é muito um pequeno em relação ao número de espécies.
320 Após pesar os prós e contras, a Sra. **Iolita Bampi** sugeriu a manutenção do texto, incluindo no final
321 “bem como as recomendações contidas nos planos de ação para recuperação de espécies”. Tiveram
322 três propostas de texto que foram colocadas em votação, sendo a aprovada: “As áreas que abrigam
323 espécies da flora e da fauna brasileiras ameaçadas de extinção, conforme legislação vigente
324 relacionada à matéria, bem como as recomendações contidas nos Planos de Ação para recuperação
325 de espécies ameaçadas”. Quanto ao nono parágrafo, o Sr. **Ricardo Dorneles** reforçou seu
326 posicionamento contrário acerca da CONABIO tratar de segurança alimentar com produção de
327 biocombustível, visto não ser um problema brasileiro. O Sr. **Braulio Dias** concordou que todo esse
328 passado de produção de biocombustíveis, particularmente o álcool, aparentemente não levou a um
329 problema de competição por alimento, mas esclareceu que a questão tratada eram as orientações e
330 recomendações visando à expansão da área cultivada, e se essa expansão não poderia vir a oferecer
331 algum risco futuro, competindo com a produção de alimentos. Esclareceu ainda que se essa
332 expansão não for feita com todos os cuidados, não se pode afirmar que não haverá risco de haver
333 competição. O Sr. **Ricardo Dorneles** disse que mesmo num futuro esse risco seria muito remoto,
334 depois afirmou que colocar uma recomendação com essa preocupação dentro da deliberação não
335 estava dentro do escopo direto da CONABIO, levantando um problema que inexistia no país e que
336 serviria de argumento para as várias indústrias, alimentícia, petrolífera, oleíferas, etc., para
337 especularem contra a possibilidade de o Brasil ganhar espaço como uma economia firme que possa
338 crescer e sustentar o mundo. O Sr. **Braulio Dias** disse concordar com a avaliação do passado e do
339 presente, porém do futuro, falou que a política de biodiesel do governo introduzira uma cláusula de
340 limites de área de plantio de biodiesel em pequena propriedade, justamente para evitar que houvesse
341 essa competição, demonstrando a existência de marcos para evitar esse risco. Após longa discussão
342 aprovou-se a redação sobre considerar os Instrumentos de planejamento, gestão e
343 ordenamento, citando exemplos. O § 9º foi aprovado com a redação “O desenvolvimento de
344 instrumentos adequados que garantam o monitoramento efetivo para a sustentabilidade do
345 Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e do Programa Nacional do Álcool no país”.
346 Voltou-se à discussão do segundo parágrafo e decidiu-se considerar os biomas Amazônia e Pantanal
347 como áreas não passíveis de expansão. Em seguida aprovou-se um novo parágrafo sobre
348 instrumentos adequados para garantir um monitoramento efetivo para a sustentabilidade do
349 Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e do Programa Nacional do Álcool no país. A

351 Sra. **Maria Adélia** sugeriu continuar a discussão da minuta de deliberação no dia seguinte para dar
352 tempo para as apresentações que estavam programadas para o primeiro dia de reunião, o que foi
353 acatado. O Sr. **Braulio Dias** lembrou que fora encaminhado a todos os membros da CONABIO o
354 link na Internet no site da CDB onde constavam as decisões da COP9 e o relato da ENB - Earth
355 Negotiation Bulletin. Em seguida passou a palavra ao Sr. **Pedro Andrade**, que fez um relato sucinto
356 das principais decisões da COP9. Relatou que o Grupo de Trabalho sobre a ABS, já se reunira seis
357 vezes e que realizará mais três reuniões até a COP10 para finalizar a negociação do regime
358 internacional. Disse que a COP adotara uma linguagem bem forte, pois o grupo deveria finalizar a
359 elaboração do regime para consideração da COP10. Contou que foi acordada também qual será a
360 base negociadora do regime internacional, sendo esta, o anexo ao Relatório de Genebra. Além disso,
361 o Grupo de ABS será apoiado por três grupos ad hoc de técnicos, compostos por trinta especialistas
362 indicados pelas partes e mais dez observadores de ONGs, setor privado, organizações internacionais
363 e comunidades locais e indígenas. Esses grupos de especialistas irão deliberar sobre definições,
364 dentre as quais, a de derivativos, de cumprimento e as medidas necessárias para garantir o
365 cumprimento com a legislação da ABS. O Brasil persistiu na questão da revelação de origem e na
366 existência de um certificado reconhecido internacionalmente. E o terceiro grupo de especialistas irá
367 deliberar sobre repartição de benefícios relacionados ao uso de conhecimentos tradicionais. Serão
368 duas reuniões em 2009 e uma em 2010. O segundo tema de destaque foram os biocombustíveis. O
369 terceiro, considerado central, foi a estratégia de mobilização de recursos financeiros. A estratégia de
370 recursos financeiros parte do reconhecimento que só se atingirá a meta de 2010 se a comunidade
371 internacional apoiar os esforços dos países em desenvolvimento por meio da provisão de recursos.
372 Para que isso fosse possível, adotou-se uma missão que fala pela primeira vez em meta de
373 fornecimento de recursos, ampliando substancialmente os fluxos financeiros internacionais, bem
374 como a locações domésticas de recursos. O quarto item de destaque foi o conjunto de decisões
375 adotadas sobre o art. 8J da CDB, que trata de conhecimentos tradicionais associados à conservação
376 e uso sustentável da biodiversidade. Foram nove decisões sobre o art. 8J, ressaltando-se que foi
377 possível obter consenso em torno da menção ao consentimento prévio fundamentado. O quinto tema
378 destacado pelo Sr. **Pedro Andrade** foi a decisão sobre mudança do clima, pois houve acordo sobre
379 discutir e considerar, tanto no plano nacional, quanto no internacional, os impactos sobre a
380 biodiversidade das ações de mitigação da mudança do clima, incluindo a decisão sobre fertilização
381 de oceanos. Relatou a criação de um grupo de trabalho técnico composto por 15 especialistas para
382 preparar um relatório para o SBSTTA sobre informação sobre biodiversidade pertinente para a
383 convenção do clima. Com relação às florestas, disse que foi adotada uma decisão que partiu da
384 revisão aprofundada do programa de tratados de florestas, enfatizando-se a questão do manejo

386 florestal sustentável. Também foi enfatizada a necessidade de maior apoio da comunidade
387 internacional para a promoção do Manejo Florestal Sustentável e mencionada a necessidade de se
388 fortalecer medidas para combater a extração de recursos e produtos florestais em desacordo com a
389 legislação nacional, inclusive, produtos madeireiros e não-madeireiros, vida silvestre e outros
390 recursos biológicos. Sobre biodiversidade marinha, disse que foram adotados os critérios para a
391 identificação de áreas marinhas que exigem proteção e adoção de critérios. A COP9 examinou esses
392 critérios, adotou e decidiu realizar um seminário para fazer um primeiro trabalho para identificar
393 quais seriam essas áreas. A CDB não tem mandato além da jurisdição dos estados, legalmente, mas
394 apoiou tecnicamente o trabalho desenvolvido por outros foros como a Assembléia Geral das Nações
395 Unidas e a Convenção da ONU sobre direito do mar, que são os marcos legais para a
396 implementação de ações em alto mar. Foi apontada também a questão central da sustentabilidade
397 dos recursos marinhos, abordando a pesca insustentável e a chamada pesca IUU, que é ilegal, não
398 reportada e não regulada. Ainda um terceiro elemento dessa decisão de biodiversidade marinha, será
399 a realização de um seminário para compilar experiências e propor sugestões sobre estudos de
400 impacto ambiental para atividades além da jurisdição nacional. Por fim, destacou a decisão sobre
401 incentivos onde foi adotada uma definição que incorpora aspectos sócio-econômicos, aspectos de
402 biodiversidade e a questão que o Brasil e outros países sempre defenderam do impacto de
403 incentivos sobre terceiros países. Disse que a implementação desse programa de trabalho da CDB
404 vai enfatizar a valoração da biodiversidade e dos serviços ambientais associados, a promoção de
405 produtos da biodiversidade produzidos de forma sustentável e o estudo sobre pagamentos por
406 serviços ambientais no âmbito local, nacional e internacional. O Sr. **Braulio Dias** comentou a
407 participação do novo ministro do meio ambiente como importante para se apresentar à comunidade
408 internacional de biodiversidade e mostrar que a política nossa de meio ambiente e biodiversidade
409 continua. A Sra. **Maria Adélia** questionou se o Brasil terá alguma participação em relação à questão
410 da biodiversidade marinha. O Sr. **Pedro Andrade** respondeu que os critérios foram elaborados em
411 um seminário organizado pelo secretariado da CDB com apoio do Governo Português nos Açores.
412 E que o Brasil foi representado pela Sra. Ana Paula Prates do Ministério do meio Ambiente. Esses
413 critérios depois foram examinados na reunião do SBSTTA, porém, não foram adotados, pois
414 decidiu-se esperar pela COP para permitir que os países tivessem mais tempo para adotar as
415 medidas necessárias. A Sra. **Maria Adélia** perguntou se haveria a possibilidade de vir a se tornar
416 uma outra convenção e o Sr. **Pedro Andrade** disse que não, pois eles não são tão detalhados e o que
417 quer que venha a ser feito nessa área de conservação de recursos marinhos além da jurisdição
418 nacional, será feito sob a Convenção das Nações Unidas para o direito do mar. O Sr. **Miguel**
419 **Guerra** perguntou se a questão das árvores transgênicas havia sido tratada, pois na COP8, a posição

421 do Brasil era claramente de adoção do princípio da precaução e se houve mudança de posição. O Sr.
422 **Pedro Andrade** informou que o Brasil manteve e defendeu sua posição em relação ao tema. Disse
423 ainda que a MOP reconheceu que os países têm o direito de suspender a liberação de árvores
424 transgênicas e mencionou que a autorização de árvores transgênicas deverá passar pelo marco de
425 biossegurança dos países, sendo até prescritiva, havendo necessidade da avaliação de risco. Disse
426 que na decisão foram considerados os impactos socioeconômicos e sobre a subsistência de
427 comunidades indígenas e locais, reconheceu o direito das partes de acordo com a legislação
428 nacional de suspender a liberação de árvores transgênicas, e pediu para que sejam estudados
429 critérios de avaliação de riscos específicos para árvores transgênicas. Mais uma vez a MOP criou
430 um grupo de trabalho técnico para estudar avaliação de risco sobre o que eles chamam de novos
431 tipos de OVMs. O Sr. **Braulio Dias** explicou que o Brasil preferia que o texto tivesse sido diferente,
432 mas como a decisão partiu de vários países, muitas vezes foi preciso ceder em alguns aspectos. O
433 Sr. **Lídio Coradin** expressou sua preocupação também a cerca do tema e o Sr. **Marcelo Sampaio**
434 disse que o resultado não era ruim, devido ter uma série de recomendações e considerações em
435 relação à questão de biossegurança, porém, considerou importante que a questão da fertilização dos
436 oceanos, tratada por tanto tempo de forma extemporânea, deveria ser debatida internamente, de
437 modo a elevar o padrão da CONABIO a um patamar diferenciado, considerando que a Comissão
438 poderia, do ponto de vista técnico, dar mais suporte ao Itamaraty nas questões sociais suscitadas. O
439 Sr. **Braulio Dias** disse que a CONABIO poderia ajudar mais fornecendo subsídios, porém, que a
440 coordenação de negociação internacional é do Itamaraty. Sugeriu que talvez a Comissão pudesse
441 priorizar um ou outro tema de relevância maior para o Brasil e fazendo um investimento na sua
442 agenda. O Sr. **Marcelo Sampaio** disse que era possível a Comissão estudar o conjunto de temas e
443 verificar quais são aqueles considerados de maior prioridade ou, até mesmo, que apresentam uma
444 fragilidade no suporte técnico. O Sr. **Pedro Andrade** falou que uma das coisas da quais se
445 ressentiam muitas vezes era justamente de ter uma discussão mais aprofundada sobre determinados
446 itens da agenda. Mencionou um tema que deixou muitas dúvidas, que foi o tratamento das espécies
447 exóticas invasoras no SBSTTA, por ser extremamente técnico e a necessidade de aprofundar a
448 questão internamente. Apoiou tudo o que vier a fortalecer a CONABIO e entendeu que a relação do
449 Brasil com a CDB é de obter internacionalmente o apoio para a implementação nacional da nossa
450 política ambiental. Com relação à discussão disse que o Itamaraty não participa no vácuo, pois
451 mantém um processo de coordenação estreito com todos os órgãos e que o processo de formação da
452 posição que o Brasil leva para fora é transparente e participativo. O Sr. **Braulio Dias** falou da
453 necessidade de começar a discutir, aprofundar, chamar os setores, os especialistas e etc. com
454 antecedência, para gerar um debate. Disse que é preciso construir um consenso para ter subsídios

456 para, quando chegar a hora, poder utilizá-los nas negociações. Comentou que a COP9 aprovou
457 alguns processos visando debater numa próxima etapa certos temas na COP10 e que uma
458 possibilidade seria solicitar a todos os membros da Comissão, cada um dentro dos temas de seu
459 interesse, fazerem uma avaliação e trazerem para a plenária decidir numa próxima reunião, se vale a
460 pena incluir algum novo tema na agenda temática. A Sra. **Márcia Chame** considerou importante a
461 participação da CONABIO nessas discussões e retomou a questão das espécies exóticas invasoras,
462 lembrando da elaboração do primeiro informe nacional. Solicitou que o Itamaraty focasse
463 exatamente qual era a dificuldade, onde precisariam e qual o tipo de apoio necessitavam. O Sr.
464 **Braulio Dias** informou sobre o processo de tradução das decisões da COP e que o Brasil fora eleito
465 presidente do Grupo de Países Megadiversos Afins na COP9, sendo um tema chave as negociações
466 ABS, que poderiam contar com o auxílio da CONABIO. Findada a discussão sobre a COP9, o Sr.
467 **Braulio Dias** passou a palavra para o Sr. **Gustavo Anjos** para que apresentasse o estudo sobre a
468 avaliação de critérios de sustentabilidade dos financiamentos apoiados pelos Fundos
469 Constitucionais brasileiros. O Sr. **Gustavo Anjos** deu uma visão geral da percepção do DEMA -
470 Departamento de Economia e Meio Ambiente, que passou a compor a Secretaria Executiva, e que
471 no momento começara a caminhar. Disse se tratar de um estudo que já estava engatilhado na gestão
472 passada, e que foi iniciado em parceria com a CEPAL. Comentou que um segundo ponto em que
473 irão aprofundar as discussões será um projeto chamado provisoriamente de Investimentos Públicos
474 e Mudanças Climáticas, em cooperação do DEMA, do MMA, CEPAL, PNUMA e Embaixada
475 britânica. Paralelamente a essas duas iniciativas disse que estavam trabalhando com o Índice de
476 Investimentos Públicos, que é um recurso do TAU Ambiental, um dinheiro de uma parceria com o
477 Banco Mundial para ajustes fiscais na gestão pública do Governo Brasileiro. Disse que o estudo
478 visou investigar realmente quais são os impactos ambientais, o que financia realmente o
479 desmatamento, a degradação e tentou propor soluções. Disponibilizou-o para que fosse circulado
480 para os membros da Comissão. A pergunta central do estudo foi saber se os critérios e mecanismos
481 utilizados pelos agentes operadores dos fundos estão adequados e suficientes para selecionar
482 projetos que tenham ênfase na conservação ambiental. Apresentou em seguida os problemas e
483 entraves encontrados e suas possíveis soluções abrindo em seguida para questionamento dos
484 membros. A Sra. **Nanuza Menezes** questionou quem irá decidir sobre a destinação da verba e se
485 existe um corpo *ad hoc* de assessores para dar essa palavra final. O Sr. **Gustavo Anjos** respondeu
486 que a idéia é fortalecer os critérios ambientais para que esses próprios analistas tenham capacidade
487 de dizer se está de acordo ou não. Além disso existe a análise de risco dos projetos pelos bancos,
488 sendo que cada banco tem um padrão, e essa falta de padronização é outro ponto destacado que
489 dificulta bastante. O Sr. **Braulio Dias** comentou que falta também algum estímulo para esses

491 analistas dentro do banco, que não ganham nada a mais na avaliação desses projetos, sendo
492 necessária uma mudança de comportamento. O Sr. **Aladim Gomes** disse acreditar na necessidade
493 de uma reforma na aplicação do recurso, inclusive para que se possa considerar mais em projetos
494 que envolvam a agricultura familiar, pois muitos projetos de grande envergadura acabam não sendo
495 concluídos. O Sr. **Braulio Dias** falou que essa era uma oportunidade de mobilizar capacidades
496 institucionais e técnicas no tema específico de biodiversidade que como não dispomos de domínio
497 das questões financeiras, dos caminhos e dos contatos com o setor financeiro, poderia ser tentada
498 uma parceria com a DEMA. Usando de metáforas o Sr. **Wilson Loureiro** mencionou que um
499 trabalho semelhante está sendo feito na Câmara Técnica da PANBio, gerando certa expectativa, pois
500 há uma demanda por mudança no padrão de comportamento e por visualização de resultados. O Sr.
501 **Braulio Dias** informou que o Sr. Gustavo Anjos é uma das pessoas-chaves que pode ajudar com
502 idéias nessa parte de monitoramento e adimplência na realização dos projetos. O Sr. **Braulio Dias**
503 comentou que a Comissão deve ser estratégica no momento de influenciar nessa agenda, de discutir
504 quais são as regras do jogo, os critérios e as exigências. Disse que a avaliação apresentada pelo Sr.
505 Gustavo Anjos mostrou que para ter aplicação há necessidade de se investir em capacitar os agentes
506 e de monitoramento das atividades. Pensou-se em eventuais parcerias na capacitação dos agentes
507 responsáveis pelo financiamento, como a ENAP - Escola Nacional da Administração Pública, a
508 Fundação Getúlio Vargas, a Capes, na forma de um mestrado profissionalizante, e a própria
509 CONABIO, no âmbito da Câmara Técnica do PAN-Bio, que poderia auxiliar a desenvolver os
510 conteúdos para serem utilizados na estrutura das escolas. O Sr. Gustavo Anjos informou que esse
511 estudo dos Fundos Constitucionais foi uma primeira etapa de um projeto maior, que irá realizar
512 grandes workshops nacionais para discutir metodologias e contratar consultorias grandes para
513 discutir como incorporar esses critérios dentro dos fundos. O Sr. **Braulio Dias** questionou se dá
514 para tratar temas ambientais, apesar de esse recurso ter o foco em mudança climática. O Sr.
515 **Gustavo Anjos** respondeu que estão em fase de construção do documento do projeto e que o comitê
516 que vai coordená-lo, com a intenção de convidar instituições, como o MI, para construir um comitê
517 um pouco mais amplo. Disse que estavam previstos cursos pequenos de capacitação para os
518 gerentes de bancos, pela falta de recursos e, se possível, para agentes que decidam também a
519 alocação do orçamento federal. Disponibilizou o estudo e se propôs a enviar para a Comissão o
520 Plano de Trabalho assim que for fechado. O segundo dia de reunião iniciou com um pequeno relato
521 do Sr. **Hélio Cunha** sobre o andamento das atividades da Secretaria no âmbito do PANBIO. O Sr.
522 **Hélio Cunha** deu uma posição sobre uma discussão que aconteceu na última reunião da CONABIO
523 de 2007, em que foi discutido por dois dias os Fundos Constitucionais. Disse que se conseguiu
524 avançar nas diretrizes o FNE, do Fundo do Nordeste, restando ainda terminar esse Fundo e avaliar

526 os outros dois documentos do Norte e do Centro-Oeste. Explicou que nessa reunião foi decidido
527 que o documento seria reenviado para a Câmara Técnica do PANBIO, que seria o fórum para a
528 discussão com a possibilidade de todos os membros da CONABIO participarem. Nos primeiros três
529 meses de 2008, foram feitas tentativas de datas para a reunião, porém somente no início de junho
530 conseguiu-se reunir a Câmara Técnica, que apesar de uma baixa frequência, teve uma discussão
531 muito proveitosa. Fechou-se um fundo inteiro, e foram feitas as devidas extrapolações para os
532 demais, avaliando-se o que tinha de excedente nos outros fundos que não foram contemplados no
533 primeiro fundo. A equipe do PANBIO ficou responsável por consolidar essa discussão, fechar o
534 documento e de enviar para o grupo que estava presente na Câmara Técnica, para que fechasse um
535 documento para a apresentação à CONABIO. Se propôs a enviar o documento com antecedência
536 para a Comissão para que seja discutido na próxima plenária. O Sr. **Braulio Dias** informou que a
537 Secretaria estava fazendo consultas dentro do Ministério, junto ao Departamento de Economia e
538 Meio Ambiente e também junto ao departamento, no Ministério, na Secretária de Extrativismo e
539 Desenvolvimento Rural Sustentável, que faz parte do Conselho do Fundo do Centro-Oeste, para
540 obter também as contribuições deles na nossa proposta do documento. O Sr. **Braulio Dias** retomou
541 a discussão da minuta de deliberação de biocombustíveis. De uma forma bem objetiva, colocou-se
542 em discussão o § 1º do art. 3º, lembrando que o art. 3º fala de escolha de espécies vegetais a serem
543 cultivadas para a produção de biocombustíveis. A Sra. **Iolita Bampi** fez uma consideração geral, a
544 respeito do fato de não ter sido considerada a questão das espécies exóticas invasoras nessa
545 recomendação. O Sr. **Marcelo Sampaio** disse que a intenção seria não incentivar a pesquisa, mas
546 sim considerar o aproveitamento e propôs a supressão de toda a parte inicial do parágrafo e a
547 construção de um parágrafo específico para a questão da pesquisa. No § 2º, a Sra. **Iolita Bampi**
548 pediu um esclarecimento a respeito do impacto sobre a biodiversidade em relação a usar espécies
549 perenes ou não. O Sr. **Braulio Dias** disse que o cultivo de perenes causa menos impacto ambiental.
550 Porque uma espécie anual necessita de preparo do terreno e em geral, envolve aração, adubação,
551 etc., além da colheita, ficando o terreno exposto uma parte do ano. Em uma cultura perene se
552 mantém o solo coberto a médio e longo prazo e a quantidade de intervenções que possam causar
553 impactos ambientais em geral é menor. O Sr. **Miguel Guerra** lembrou que no recente relatório da
554 FAO diz que o caminho da sustentabilidade para a agricultura futura passa por uma maior utilização
555 de plantas perenes. O Sr. **Marcelo Sampaio** sugeriu acrescentar ao final da sentença, promover o
556 uso preferencial de espécies e cultivares perenes, para a produção de biocombustíveis, a explicação,
557 “quando estas ocasionarem menor impacto à biodiversidade”. No quarto parágrafo o Sr. **Miguel**
558 **Guerra** questionou se a terminologia utilizada estava correta e em seguida o Sr. **Braulio Dias**
559 sugeriu acrescentar “... sistemas consorciados de integração, lavoura e pecuária, agricultura pecuária

561 e floresta, ou Sistemas Agroflorestais – SAF”. No quinto parágrafo, a Sra. Maria Adélia sugeriu
562 substituir a palavra “promover” por “Assegurar uma política de produção agrícola do dendê nas
563 áreas já desflorestadas...”. Após alguns esclarecimentos, o Sr. **Braulio Dias** disse que a melhor
564 opção seria mencionar aí as duas situações, áreas já desflorestadas ou em Sistemas Agroflorestais. O
565 Sr. Marcelo Sampaio chamou atenção para não dar a impressão de que se quer promover o plantio
566 de dendê em toda a área desflorestada, porque parte daquela queremos que seja reflorestada e o Sr.
567 Braulio Dias sugeriu “Promover a política de produção agrícola de dendê apenas nas áreas já
568 desflorestadas ou em sistemas agroflorestais...”. A Sra. **Márcia Chame** questionou apenas a
569 menção ao dendê e sugeriu colocar outras palmeiras, e resolveu-se alterar a sentença para
570 “Promover política de produção de biocombustíveis com palmeira, inclusive dendê, apenas nas
571 áreas já desflorestadas da Amazônia e em SAFs”, deixando claro que é para o uso na produção de
572 biocombustíveis. O Sr. **Miguel Guerra** sugeriu que o assunto seria abordado perfeitamente
573 combinando essa sugestão com a abertura de mais um item específico sobre o estímulo da pesquisa
574 para as nativas. O parágrafo foi fechado com a seguinte redação: “A promoção de política de
575 produção de biocombustíveis a partir de palmeiras, particularmente dendê, apenas nas áreas já
576 desflorestadas da Amazônia ou em sistemas agroflorestais”. O § 6º foi fechado com a redação “O
577 incentivo ao estudo e ao uso sustentável de microalgas como fontes alternativas para a produção de
578 biocombustíveis”. Em relação ao sétimo parágrafo, a Sra. **Iolita Bampi** disse que a redação
579 precisaria melhorada, não colocando diretamente a questão do cultivo e uso de algas para a
580 produção de biocombustíveis, devido seu potencial de risco. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu construir
581 um artigo ou um parágrafo, falando especificamente dessa questão de cuidados com espécies
582 exóticas invasoras. O Sr. **Marcelo Sampaio** sugeriu considerar o potencial invasor de espécies a
583 serem cultivadas para produção biocombustíveis como fator de exclusão. O Sr. **Braulio Dias**
584 concordou com essa colocação, porém, disse que a proposta da Sra. Iolita Bampi não remetia
585 necessariamente ao processo de licenciamento, colocando isso como algo a ser observado, que
586 poderia ser inclusive da forma sugerida. Finalmente o parágrafo foi fechado com a redação “O
587 potencial invasor de espécies a serem cultivadas para a produção de biocombustíveis, como fator de
588 exclusão, por meio de avaliação de risco”. Esboçou-se a construção de um parágrafo para pesquisa
589 e o Sr. **Braulio Dias** sugeriu tentar construir um parágrafo sobre pesquisa, por exemplo, “Incentivar
590 a pesquisa de espécies nativas com potencial econômico para a produção de biocombustível nos
591 distintos biomas brasileiros tomando por base o levantamento realizado no âmbito...”, deixando-se
592 para uma discussão posterior. Passou-se a avaliação do artigo 3, pois não se chegou a um consenso
593 no § 2º, porém, como o Sr. Marcelo Sampaio retirou sua sugestão de redação, votou-se e aprovou-se
594 a redação original. Em seguida o Sr. **Braulio Dias** colocou para aprovação o art. 3º em bloco, com

596 todos os seus parágrafos, sendo aprovado na íntegra. Aprovou-se em seguida o artigo 3 bis,
597 “Considerar a especificidade da biodiversidade dos biomas Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal
598 e Pampa, de forma a garantir os seus processos de recuperação a partir da caracterização e
599 manutenção da dinâmica dos estágios sucessionais, a exemplo da Mata Atlântica”. O Art. 4º e seus
600 oito parágrafos foram colocados para discussão. No § 1º decidiu-se retirar os exemplos. A Sra.
601 **Andréa Nunes** sugeriu juntar o 1º e o 2º, e retirar a palavra “conservadora”. O Sr. **Braulio Dias**
602 disse que os parágrafos poderiam ser juntados ampliando o sentido da proteção de solos e água.
603 Juntaram-se os dois parágrafos com a redação “Promover o adequado manejo do solo e da água,
604 bem como a adoção de práticas sustentáveis de manejo agrícola, incluindo o manejo integrado de
605 pragas”. Com relação ao quinto artigo, discutiu-se a forma e a colocação dos anexos, sendo
606 aprovado com a redação “Promover os impactos positivos e minimizar e mitigar os impactos
607 negativos da produção de biocombustíveis sobre a biodiversidade (Anexo I) e o modo de vida dos
608 povos indígenas, populações locais, agricultores familiares e comunidade de pescadores
609 tradicionais, conforme o anexo a esta decisão e tomando em conta a Decisão IX/2 da IX
610 Conferência das Partes sobre Diversidade Biológica (Anexo II)”. A Comissão optou por retirar os
611 sexto e sétimo parágrafos. O oitavo parágrafo, a Sra. **Iolita Bampi** comentou que faltou alguma
612 coisa, “...Solicitar a inclusão de metas zero, de desmatamento florestal e de extinção de espécies”. O
613 Sr. **Braulio Dias** questionou que o parágrafo estava fora de lugar e este foi transportado,
614 transformando-se em primeiro parágrafo do segundo artigo, e reenumerou-se os demais parágrafos.
615 Após algumas correções quanto a forma aprovou-se o parágrafo com a redação “Adoção de metas
616 zero de desmatamento e de extinção de espécies nos programas nacionais de agroenergia”. O Sr.
617 **Braulio Dias** colocou em votação o art. 4º todo. A Sra. **Iolita Bampi** considerando que o art. 4º
618 tinha a ver com impactos ambientais decorrentes da produção e uso de biocombustíveis, sugeriu
619 tentar de alguma forma, contemplar a preocupação do Sr. Lídio Coradin em relação a controle e
620 possível erradicação de espécies exóticas, sugerindo um texto. Foi aprovado como quinto parágrafo
621 a seguinte redação “Promover medidas de monitoramento, controle e erradicação de espécies
622 exóticas invasoras” e em seguida, o artigo completo. O Sr. **Marcelo Sampaio** abriu mão de citar a
623 questão do princípio da precaução e abordagem ecossistêmica. O Sr. **Braulio Dias** questionou os
624 membros da necessidade de se ter um artigo operativo chamando atenção à internalização do que
625 foi aprovado na COP9, alegando ser interessante não ficar só a menção no considerando. Sugeriu
626 inserir ao final, depois da fazer referência ao esse anexo no art. 4º, § 3º. Todos concordaram e a
627 deliberação foi aprovada por unanimidade. A Sra. **Nanuza Menezes** falou da importância dos
628 Campos Rupestres, que muitas vezes são tratados como Cerrado. O Sr. **Braulio Dias** sugeriu que
629 ela fizesse uma provocação para a Comissão de como tratar melhor essa questão, inclusive abrindo

631 espaço pra que faça uma apresentação futura. Passou-se ao item 4.2 da pauta, Diretrizes e Estratégia
632 para a Modernização das Coleções Biológicas Brasileiras e a Consolidação de Sistemas Integrados
633 de Informações Sobre Biodiversidade. O Sr. **Braulio Dias** explicou que o relatório foi objeto de
634 uma Câmara Técnica temporária sobre Coleções Biológicas. Disse que a Câmara foi criada a partir
635 de uma proposta do Ministério da Ciência e Tecnologia, e que a Sra. Luciane Marinoni, da
636 Universidade Federal do Paraná e Sra Ariane Peixoto do Jardim Botânico do Rio fariam uma
637 apresentação dessa proposta e respondiam dúvidas para que se possa deliberar sobre esse assunto. A
638 Sra. **Luciane Marinoni** iniciou a apresentação falando da importância desse documento e da
639 importância de se considerar às coleções biológicas como prioritárias em estudos de biodiversidade.
640 Explicou que o documento era o resultado de estudos, principalmente de dois documentos básicos,
641 as diretrizes e estratégias para modernização das Coleções Biológicas Brasileiras e a consolidação
642 de sistemas integrados de informação sobre biodiversidade. O projeto iniciou-se em 2005 com a
643 coordenação geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, SGE e CRIA, e teve a coordenação
644 científica das Sociedades Científicas Brasileiras, Sociedade Brasileira de Zoologia, a Botânica do
645 Brasil e a de Microbiologia, abrangendo assim as grandes áreas de estudo em biodiversidade
646 brasileira. Foram elaborados textos técnicos, que estão disponíveis no site da
647 www.cria.org.br/documentos e inclusive foram colocados à consulta pública desde junho de 2005.
648 Teve um processo de discussão bastante acirrado. Outro documento foi denominado Biodiversidade
649 de Mega Ciência em Foco, obtido a partir de um encontro prévio à COP, em Curitiba, em 2006. A
650 consolidação desses documentos e de todo esse processo de discussão, foi realizada em 2007 a
651 partir da Câmara Técnica Temporária de Coleções Biológicas, da CONABIO. Terminada a
652 apresentação abriu-se espaço para questionamentos. O Sr. **Braulio Dias** disse ser importante que os
653 membros tomassem ciência de que foram envolvidos três grandes setores, a zoologia, a botânica e a
654 microbiologia. Disse que havia faltado apresentar um relatório final para a CONABIO e assumiu
655 um compromisso de enviá-lo eletronicamente assim que estivesse concluído. Aproveitou para
656 informar aos membros que novembro do ano passado, o Presidente Lula lançou o novo plano do
657 PPA, de Ciência e Tecnologia, incluindo biodiversidade como uma das doze áreas temáticas do
658 componente três do programa, que possui quatro componentes. Os componentes são voltados para
659 capacitação de recursos humanos, para o setor privado, áreas e ciências sociais e para as doze áreas
660 consideradas prioritárias, sendo que biodiversidade é uma delas. Disse se tratar de uma
661 oportunidade que se tem para trabalhar na consolidação de programas de pesquisa em
662 biodiversidade. Informou também que a SEAIN, que é o ponto focal do GEF no Brasil, endossou
663 em abril a proposta do MCT de um novo projeto com o apoio internacional do GEF, para
664 informatização de coleções científicas no Brasil e ajudar com softwares e etc., na disseminação

666 dessa informação para os diferentes grupos usuários da informação biológica, para ajudar na tomada
667 de decisão. Se tudo der certo será mais esse projeto para apoiar atividades nesta área. Lembrou de
668 um assunto que não foi colocado na proposta, sobre a sugestão de propor ao MEC e outras
669 instituições que administram coleções, da necessidade da criação da figura de curadoria, para sair
670 dessa informalidade. Pediu para as Sras. **Luciane Marinoni** e **Ariane Peixoto** para comentarem
671 sobre o encaminhamento que o grupo propõe para essa questão. Separou do documento o que
672 considerava proposição, o plano de ação com seus componentes, dizendo que a Comissão teria que
673 realmente discutir e deliberar, excetuando-se a parte orçamentária. Disse que ao ser aprovada uma
674 deliberação da CONABIO sobre o plano, a próxima etapa será, em ação conjunta com o Ministério
675 da Ciência, recorrer à Casa Civil da Presidência da República, para tenta um endosso da
676 Presidência, transformando o documento, via decreto, num programa oficial do Governo. A Sra.
677 **Iolita Bampi** propôs avançar durante a reunião na discussão para gerar uma proposta de deliberação
678 para próxima plenária da CONABIO e chamou atenção à questão do licenciamento. O Sr. Braulio
679 Dias e os membros acataram a proposta. A Sra. **Maria Adélia** questionou como ficará a questão do
680 cadastro e da criação de novas coleções. A Sra. **Márcia Chame** lembrou que o SISBio já
681 contempla em algumas coleções a necessidade do curador ser formalizado pela instituição e ter um
682 mínimo de titulação. Falou da importância das coleções serem institucionalizadas e sistematizadas.
683 A Sra. **Andréa Nunes** enfatizou a necessidade, principalmente para o governo, de haver um
684 interlocutor disposto a contribuir nesse assunto, se fazendo presente o tempo todo e que realmente
685 seja uma entidade legítima para fazer a articulação com as coleções. Chamou atenção para a
686 importância de se engajar o mês no processo e sugeriu a aprovação do documento e análise do
687 relatório final e da deliberação na próxima plenária. Discutiu-se a importância de tentar inserir a
688 questão das coleções dentro do PPA do Governo e sobre a criação de uma Câmara de
689 Monitoramento da Implementação do que ficar deliberado pela CONABIO em relação a esse tema.
690 O Sr. Otávio Maia prestou alguns esclarecimentos sobre sobre como é que está à questão do
691 cadastro, no âmbito do SISBio. Informou que o Cadastro de Coleções que foi instituído pelo
692 IBAMA, este cadastro foi criado para atender, especificamente, uma exigência de uma convenção
693 internacional, a CITES. Esclareceu que o cadastro de coleções não representa legalidade, não
694 representa propriedade, sendo apenas um mero cadastro que vem atender uma exigência da Science,
695 porque hoje várias instituições estrangeiras exigem das instituições brasileiras esse cadastro, para
696 permitir um intercâmbio de material biológico. Disse que existe uma falsa expectativa em relação à
697 legalidade e a propriedade. Sugeriu que se a CONABIO não for o fórum adequado para tratar de
698 alguns problemas levantados, como questão da institucionalização, a Comissão poderia sugerir que
699 o CONAMA crie uma Câmara de Coleções, para que o CONAMA tenha prerrogativa legal de

700 legislar. O Sr. **Braulio Dias** disse que ao encaminhar a deliberação e para a Presidência, para que
701 seja transformada num decreto, pode-se prever um artigo atribuindo ao CONAMA à
702 regulamentação desses aspectos legais, com relação a coleções. Por fim, elencou todos os temas
703 discutidos: a questão do plano, a questão da aprovação do plano, a questão de criar uma Câmara
704 Permanente na CONABIO, a questão de remeter ou não, para o CONAMA, a discussão do aspecto
705 legal das coleções e a questão da moção de curadoria.

706 Passou-se ao item 5.2 da nossa pauta, a apresentação do módulo 7 do Estudo da Dimensão
707 Territorial do PPA, intitulado Avaliação da Sustentabilidade da Carteira de Investimentos. Foram
708 apresentados os palestrantes Antônio Galvão, Thereza Carvalho e Cláudio Egler. O Sr. **Antônio**
709 **Galvão** falou rapidamente sobre a natureza do estudo, sua ambição e qual o encaixe deste módulo,
710 em relação ao conjunto geral do trabalho. A Sra. **Thereza Carvalho** apresentou dentro do estudo da
711 dimensão territorial, como essas novas relações econômicas geram novas especializações, e como
712 essas novas especializações geram demandas específicas sobre o território, e demandas sobre a
713 capacidade de suporte, de carga do território, que conceito de sustentabilidade estaria sendo falado e
714 que método de AS – Avaliação de Sustentabilidade estaria sendo desenvolvido para chegar ao
715 propósito anteriormente colocado de avaliar essa nova carteira. O Sr. **Cláudio Egler** apresentou a
716 parte mais operacional da avaliação de sustentabilidade, deixando claro que na elaboração do
717 projeto foram realizadas duas carteiras, uma carteira preliminar, que em grande parte foi baseada
718 nas informações do PAC, e uma carteira final, que incorporou algumas observações das avaliações e
719 seriam o modelo de Carteira de Desenvolvimento. Realizou uma apresentação da síntese dessas
720 duas avaliações e qual, efetivamente, o instrumental utilizado. Foi definido um sistema de
721 indicadores que foi apresentado de modo geral. O Sr. **Braulio Dias** questionou sobre a possibilidade
722 de se disponibilizar essas apresentações em algum relatório, que possa ser colocado website ou para
723 link ou, ainda distribuir eletronicamente para os membros da comissão. Depois questionou se foi
724 realizado algum tipo de teste do estudo de impactos em relação à biodiversidade. O Sr. **Antônio**
725 **Galvão** informou que o proprietário do estudo é o Ministério do Planejamento e que o CGEE foi
726 contratado, sendo todo o resultado de responsabilidade e competência do MP. Disse que estão em
727 fase de publicar todos os relatórios finais de cada um dos módulos e que essas publicações deverão
728 sair em julho, o que permitirá a um público em geral e a interessados de vários matizes,
729 compreender um pouco o conjunto das contribuições. Foram feitas explicações sobre projetos piloto
730 e troca de experiência com os membros da Comissão presentes. Foram feitos questionamentos a
731 respeito da interferência do PAC no processo e sobre a forma de continuidade do trabalho. Os
732 palestrantes deixaram clara que a idéia era antiga e vislumbrava planejar as ações do Governo com
733 capacidade de olhar em conjunto, uma carteira muito grande de investimentos, que um plano como

734 o PPA engendra, e discutir impactos, e avaliar, e gerar racionalidades que nos permitam melhor
735 tomar posição. A Comissão foi informada sobre o interesse em se montar um guia para as pessoas
736 que trabalham com esse tipo de planejamento e a realização de um workshop visando uma
737 capacitação. O Sr. **Braulio Dias** deixou claro o interesse em participar da continuidade do processo
738 e trazer essa experiência para ser aplicada na forma com que a CONABIO aborda os temas da
739 biodiversidade. A Sra. **Maria Adélia** e o Sr. **Braulio Dias** consideraram de extrema importância as
740 apresentações feitas e lamentaram a ausência da maior parte dos membros. Por sugestão os Sr.
741 **Lídio Coradin**, acatou-se a idéia de retomar esse tema por um período inteiro, dada sua
742 comprovada relevância, para que os membros ausentes pudessem tomar ciência dos resultados
743 desse estudo, assim que sair a publicação das informações e dados. Eu, Érica Frazão Pereira, por
744 solicitação do Presidente da Comissão, lavrei a presente ata.

745

746

747

748

Secretário Executivo

Presidente da CONABIO